

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.462 - MG (2019/0247651-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CARLOS ANTONIO PERALTA - ME  
**ADVOGADOS** : MARCELO WENDEL DA SILVA - MG103113  
GLAUBER DE FREITAS SILVA - MG128990  
MARCOS ALVES DA SILVA - MG111808  
CARLOS ROBERTO MOUTINHO DE PAULA - MG103375  
**AGRAVADO** : CIELO S.A  
**ADVOGADO** : LUIZA FERNANDES MOREIRA MONTENEGRO - DF061146

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CARLOS ANTONIO PERALTA - ME em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL C/C COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - PRESCRIÇÃO - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - INOCORRÊNCIA - CAUSA MADURA - JULGAMENTO - REPASSE DE VALORES - INOCORRÊNCIA - COMPROVAÇÃO - DEVER DE INDENIZAR - CONFIGURAÇÃO.*

*- Nas hipóteses de pretensão reparatória fundamentada em inadimplemento contratual, o prazo prescricional segue o disposto no art. 205, do CC, ocorrendo em dez anos (STJ, EREsp 1.280.8251RJ).*

*- Se o processo apresentar condições imediatas de julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o seu mérito, conforme previsão do art. 1.013, § 3º, I a IV, do CPC (teoria da causa madura).*

*- Se cabe ao réu a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 373, inciso II), a ausência dessa prova implica na procedência do pedido inicial." (fl. 685)*

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação ao art. 397 do Código Civil, sustentando, em síntese, que, nas ações de responsabilidade civil contratual, os juros de mora incidem a partir do inadimplemento da obrigação, e não da citação.

Apresentadas contrarrazões às fls. 745/750.

É o relatório.

O Tribunal de origem fixou como termo inicial de incidência dos juros de mora a data da citação do réu, consoante se observa do seguinte trecho do aresto estadual:

*"De mais a mais, sabe-se que a citação é o ato processual que, nos termos do art. 219 do CPC/1973 (artigo 240 do CPC/2015), faz ocorrer a mora do devedor, razão pela qual ela é o termo inicial de cômputo de juros de mora. Aplicável, aliás, é esta jurisprudência do STJ:"*

A controvérsia, portanto, foi julgada em conformidade com a jurisprudência do STJ, segundo a qual, em ações de responsabilidade civil contratual, os juros moratórios incidem a partir da citação. Nesse sentido:

**“AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXEQUIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. RECURSO CABÍVEL. VEDAÇÃO EXPRESSA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO QUE INADMITE RECURSO ESPECIAL COM BASE EM RECURSO REPETITIVO. APURAÇÃO DO QUANTUM EXEQUENDO. SIMPLES CÁLCULOS ARITMÉTICOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

*1. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015, quando a Corte de origem inadmitir o recurso especial com base em recurso repetitivo, constitui erro grosseiro, uma vez que o recurso cabível é o agravo interno. 2. A alteração da premissa adotada pelo Tribunal a quo, que entendeu que a apuração do quantum exequendo dependia de simples cálculos aritméticos, demanda, necessariamente, o reexame de matéria fática e probatória dos autos, providência vedada no recurso especial pela Súmula 7 do STJ.*

*3. No caso de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a partir da citação, nos termos da pacífica jurisprudência do STJ.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1468319/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 11/10/2019)*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU**

**PROVIMENTO AO RECLAMO.**

**INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.**

1. Violação ao artigo 1.022 do CPC/15 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissões. Precedentes.

2. A Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, entendeu pela inexistência de aceitação tácita quanto à prorrogação do prazo para sanar os vícios no produto e que o valor a ser restituído não deve sofrer redução, ante a não utilização do veículo pelo consumidor. O acolhimento da pretensão recursal, no ponto, demandaria a alteração das premissas fático probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, fazendo incidir o óbice da Súmula 7/STJ.

3. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade não autoriza sua modificação em sede de recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

4. **No caso de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a partir da citação, nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidência da Súmula 83/STJ.**

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1161845/SP, **Rel. Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 05/08/2019)”

Cabe observar, ademais, que a obrigação imputada à parte ré - repasse de créditos decorrentes de vendas mediante uso de cartão magnético - não possuía valor líquido nem vencimento certo, quando do ajuizamento da demanda. Assim, é inviável a aplicação do disposto no art. 397 do Código Civil, como pretende a recorrente.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários, pois a insurgente não foi sucumbente na origem.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator